

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.760 - RJ
(2019/0127212-8)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A
ADVOGADOS : SÉRGIO GUIMARÃES RIERA E OUTRO(S) - RJ093068
JOAO LIMA ARANTES - RJ183315
VICTOR GONTIJO VIEIRA - RJ189155
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A interpõe recurso em mandado de segurança contra acórdão do **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** (MS n. 0011325-47.2018.4.02.0000).

A recorrente narra que teve constrita a integralidade de seus valores e bens, no âmbito da Operação *Unfair Play*, que correspondiam, à época, em: a) **capital de giro** depositado em conta corrente e b) **único imóvel (hotel)**. O Tribunal *a quo*, em mandado de segurança anterior, reconheceu a legalidade das medidas assecuratórias, mas afirmou não haver prejuízo de realização de plano de gestão conjunta dos bens com o Ministério Público, a ser homologado pelo Juízo.

Para a parte, a despeito de todo o esforço enviado em busca "de abrir uma negociação", o **Ministério Público permanece em "retumbante silêncio"** (fl. 6.932). Explica que recebeu uma proposta da SBE Delano, "visando a administração do hotel", mas a negociação foi inviabilizada "diante da inexistência de capital de giro nas [suas] contas" (fl. 6.933).

A insurgente fez "sucessivas tentativas de contato direto" com o Ministério Público e protocolou várias petições em Juízo. Contudo, o *Parquet* está **inerte por vários meses**, "a revelar indisposição para encetar qualquer diálogo" (fl. 6.933). De mais a mais, causa espanto a assertiva do órgão, de que não cumpre as requisições feitas pelo juízo a fim de viabilizar o acolhimento do pedido.

Segundo a impetrante, o Juiz agiu com "manifesta complacência com a postura ministerial" (fl. 6.934). Os valores auferidos pelo hotel são insuficientes para repor R\$ 4 milhões em capital de giro; a

receita auferida desde a constrição "por vezes sequer ser revelam suficientes ao pagamento de suas despesas operacionais" (fl. 6.948) e os "demonstrativos financeiros" juntados ao mandado de segurança comprovam sua situação de crise (fl. 6.948). Esclarece que cotistas decidiram pelo "ajuizamento de pedido de recuperação judicial" e que o "interesse de gigante do ramo hoteleiro SBE Delano em assumir a operação do hotel" se esvaiu diante da "siderúrgica oposição das autoridades que oficiam na causa" (fl. 6.950).

Requer a concessão de liminar, que seja designada audiência de mediação entre a recorrente e o Ministério Público Federal, aplicando-se o disposto nos arts. 27 e 28 da Lei n. 13.140/2015 quando aos procedimentos de arbitragem.

Decido.

Na origem, a recorrente buscou o reconhecimento do direito líquido e certo de administrar bens constritos em conjunto com o Ministério Público, o que, ao que parece, perpassa pela liberação de montante correspondente a "**R\$ 2.825.026,05**" para satisfazer obrigações "cujo adimplemento a SBE Delano exige para que possa assumir a operação do LSH Hotel" (fl. 6.861). Para tanto, alegou que o *Parquet* se recusava, terminantemente, a realizar qualquer tipo de diálogo para a administração dos bens constritos, com vistas à manutenção de seu funcionamento.

A um primeiro olhar, não verifico prova inequívoca da alegada inércia do *Parquet*. Consta na decisão de primeiro grau que a LSH "**juntou documentos solicitados pelo MPF** para avaliar a proposta de acordo oferecida e mencionada" (fl. 6.941), a sinalizar que não ocorreu o absoluto silêncio do órgão ministerial.

Também não verifico a assinalada complacência do Judiciário. Segundo trechos da decisão do Juiz de primeiro grau, "foram alcançados inicialmente nas constas da requerente apenas **R\$ 4.934.704,59**". O Juiz indeferiu a liberação "de todos os valores constritos", porque ficaram muito abaixo do bloqueio determinado (de R\$ 1 bilhão) e porque as obrigações que a parte se comprometeu a observar "em nada contribuem para eventual reparação patrimonial do dano" causado pelos crimes sob apuração. De acordo com o Magistrado, "**a requerente não logrou comprovar que o bloqueio judicial efetivado em setembro daquele ano impediu a empresa de honrar com tais compromissos**" (fls. 6.939-6.939).

Acrescentou o Juiz que, após os requerimentos da pessoa jurídica, que continua em atividade, auferindo receitas, **"houve aporte de dois investidores**, o que viabilizaria a atividade empresarial". Salientou que a peticionária não "informou o valor do aludido aporte nem em quais despesas foi utilizado" (fl. 6.941), o que gera **dúvida sobre a alegada iminência de interrupção dos seus serviços**.

A princípio, portanto, não se trata de ausência de "boa vontade" (fl. 6.944) para a administração conjunta dos bens constritos, mas de insurgência contra o indeferimento de sucessivos pedidos de desbloqueio de ativos constritos para que, segundo a alegação da recorrente, o hotel possa pagar despesas de giro e, assim, continuar suas atividades.

Apesar das combativas assertivas deste recurso, a realidade é que **a impetração não se funda em fatos incontestáveis e em direito incontroverso**, a impedir a concessão do pleito de urgência.

O direito, para ser amparável pelo remédio constitucional, tem que ser **indiscutível, expresso em lei**, e deve trazer em si **todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante**. E, *in casu*, consta na decisão do Juiz que a LSH Barra Empreendimentos S.A não comprovou que a falta de liberação de parte substancial dos R\$ 4.934.704,59 constritos seriam a única forma de viabilizar a continuidade de seus negócios hoteleiros. Isso porque o hotel continuou suas operações normalmente e, além dos dividendos pós-constrição, recebeu aportes financeiros de dois investidores.

Data venia, o remédio constitucional não pode ser utilizado para discutir **histórico de faturamento e registros contábeis**. Por mais que a impetrante se esforce para defender a assertiva de direito líquido e certo, para análise do pleito liminar, em ação mandamental, é suficiente o registro de que o Ministério Público se manifestou sobre as suas propostas e que o Juiz, fundamentadamente, indeferiu o desbloqueio de valores por não haver prova inequívoca de que os valores eram essenciais à manutenção das atividades da pessoa jurídica.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações atualizadas ao Juiz, a respeito de eventual resposta do Ministério Público aos pedidos da requerente, encarecendo, ainda, o envio de documentos pertinentes ao julgamento deste mandado de segurança.

Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

